

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 164ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 20/03/2025 - 9h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Gilda Carneiro Ferreira (T)
ABES-SP	Ana Lucia Brasil (T)
	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (S)
AFOCAPI	Rodrigo Cunha Ducatti (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Melissa Pin Lucheti Sampaio (S)
Cooperativas de Holambra	Fernando Ruitter (T)
COPLACANA	Rodrigo Cunha Ducatti (S)
DAE – Jundiá	Talita Rodrigues (S)
EMBRAPA	Alexandre Ortega Gonçalves (S)
	Pedro Gerhard (S)
IAC	Isabella Clerici de Maria (T)
P.M. de Indaiatuba	Natalia Domingues de Mata (S)
P.M. Itatiba	Ricardo Pires Staningher (T)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão (T)
	Irineu Gastaldo Júnior (S)
P.M. de Piracicaba	Daniel Prezotto Longatto (S)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima (T)
P.M. de Salto	Carlos Manoel do Nascimento Faria (S)
P.M. de Torrinha	Anderson Tiago Vasselo (T)
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (T)
SAA	Melissa Pin Lucheti Sampaio (S)
SABESP	Saulo de Assis Maia (T)
SANASA	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)

Membros ausentes	
Entidades	
DAAE Rio Claro	
IZ/APTA	
P.M. de Charqueada	
P.M. de Limeira	
SEMAE	
SEMIL/CFB	
Sindicato Rural de Atibaia	
Sindicato Rural de Limeira	
UNICAMP	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Taina Moura
	Vanessa Longato
Consórcio PCJ	Andrea Borges
Maluna Soluções Ambientais	Rafaela Giusti
Sem registro de Entidade	Renato Silva

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte dias do mês de março de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 164ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 13 de março de 2025. **1. Abertura da 164ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural):** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP e coordenador da CT-Rural que informou a existência de quórum para o início da reunião e agradeceu a presença de todos. Na sequência, passou a palavra a Sra. Melissa Pin Lucheti Sampaio, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI/SAA) e coordenadora-adjunta da CT-Rural que reforçou os agradecimentos aos presentes. **2. Informes:** O Sr. João Baraldi passou para os informes. **2.1. da Coordenação da CT-Rural:** a) A Sra. Melissa e o Sr. João Baraldi informaram que participaram do Workshop de Saneamento Rural ([link](#)), realizado no dia 19/03/2025, às 09h00, por videoconferência. O evento foi organizado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo. O evento teve como objetivo promover a universalização do saneamento básico no estado, com foco nas áreas rurais, antecipando as metas estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020; b) A Sra. Melissa informou que após a reunião da CT-Rural, ocorrerá a reunião do GT-Cartilha, e o folder está na fase final de ajustes. **2.2. dos Coordenadores de grupo:** Não houve solicitações. **2.3. dos Membros:** A Sra. Roseane Maria

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 164ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 20/03/2025 - 9h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

Garcia Lopes de Souza, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) comentou que nos dias 12 e 13 de junho será realizado no CREA-SP o Fórum Internacional sobre Segurança da Água (FISA). O evento reunirá especialistas, reguladores e gestores para debater soluções eficazes, compartilhando experiências e fortalecendo políticas que assegurem um futuro hídrico resiliente para todos. **2.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura de Lima da equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), deu início aos informes, sendo: **a) Alteração dos representantes:** informou que entre a última reunião da CT-Rural e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes dos seguintes membros: **i. P.M de Torrinha:** solicitou a inclusão do Sr. Anderson Tiago Vasselo para representante titular em substituição ao Sr. Guilherme Dalfito Ramos e a inclusão da Sra. Beatriz Souza Savio como representante suplente, e a remoção dos Srs. Daniel de Souza Jacomelli e Luiz Carlos Gabini Junior; **ii. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA):** solicitou a inclusão do Sr. Pedro Gerhard como representante suplente. Como essas alterações são de entidades já participantes, destacou que não cabe aprovação, sendo o informe apenas para ciência dos demais membros da CT; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de

cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT-Rural será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 ([link](#)) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: i. membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); ii. Membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; iii. Coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; iv. pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: i. as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; ii. o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; iii. em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; iv. membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; v. membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste [link](#); **d) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre a próxima reunião no

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 164ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 20/03/2025 - 9h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

âmbito dos Plenários dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo a 33ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ1) no dia 28/03/25, às 9h30, na Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), em Piracicaba/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do *site* dos Comitês PCJ; e) **Próximas reuniões da CT-Rural:** informou a próxima reunião da CT-Rural prevista para ocorrer no dia 23/05/2025, em Rio Claro, com local a definir. Mais informações podem ser consultadas na [agenda](#) da CT-Rural no *site* dos Comitês PCJ. **3. Aprovação da minuta da Ata da 163ª Reunião Ordinária, realizada em 14/02/2025:** O Sr. João Baraldi informou que a minuta da ata da 163ª Reunião Ordinária da CT-Rural, realizada em 14/02/2025, por videoconferência, foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou os membros sobre a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Na sequência, abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta. A Sra. Tainá informou que foram realizadas correções nos itens 2.2 e 4.0, conforme destacado pela Sra. Melissa por e-mail. Explicou que os itens mudaram apenas de posição com ajustes na formatação, sem alteração na redação. Nesse sentido, o Sr. João Baraldi submeteu a minuta com as alterações para aprovação dos membros. Não havendo manifestações, a minuta da ata foi aprovada por unanimidade. **4 Palestra: Emergências climáticas: desafios e oportunidades na área rural:** Em seguida, o Sr. João Baraldi convidou a Sra. Rafaela Giusti, representante da Maluna Soluções Ambientais para falar sobre o tema Emergências Climáticas: desafios e oportunidades na área rural. A Sra. Rafaela explicou que emergência climática é um termo que se refere à intensificação das mudanças climáticas, como o aquecimento global e o efeito estufa. Essas mudanças têm impactos significativos na saúde humana e no meio ambiente. Informou que a Organização Meteorológica Mundial (OMM), confirmou no início do ano de 2025, que 2024 foi o ano mais quente já registrado, com base em seis conjuntos de dados internacionais. Entre os fatores que levam a esse aumento estão a geração de energia por combustíveis fósseis, fabricação de produtos, desmatamento florestal e produção de alimentos. Já as consequências podem ser sentidas no dia a dia, como o

aumento das temperaturas, as alterações na disponibilidade de água, maior ocorrência de eventos climáticos extremos como chuvas e secas e riscos para a produção de alimentos, agravamento da pobreza e deslocamento populacional. Como impactos na área rural, destacou os efeitos negativos sobre a agricultura, a pecuária e as comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais. Entre os principais desafios, mencionou os eventos climáticos extremos que prejudicam as colheitas, reduzindo a produtividade do solo e comprometendo a segurança alimentar. Além disso, ressaltou a precariedade da infraestrutura e a falta de serviços básicos em muitas regiões rurais, dificultando a adaptação a essas mudanças. Informou que pequenos produtores foram apontados como os mais vulneráveis, pois, frequentemente, não dispõem de recursos para investir em tecnologias que ajudem a mitigar os impactos climáticos, como sistemas de irrigação eficientes, cultivos mais resistentes ou práticas agroecológicas. Nesse contexto, explicou que a assistência técnica agrônômica é fundamental para introduzir inovações tecnológicas e estratégias de manejo adequadas, fortalecendo a resiliência da pequena produção. Apontou os impactos negativos no setor rural, destacando a expansão contínua da área agrícola, que acarreta problemas como o aumento do desmatamento e o abandono de terras degradadas. Segundo dados apresentados na Conferência de Meio Ambiente de 2025, no Estado de São Paulo, a agropecuária foi responsável por 23% das emissões líquidas de carbono em 2023. Por outro lado, ressaltou que o meio rural pode desempenhar um papel fundamental no combate às mudanças climáticas. A adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto, a agrofloresta e a recuperação de áreas degradadas, contribui para a captura de carbono e a preservação dos ecossistemas. Além disso, enfatizou a importância de políticas públicas voltadas à adaptação e resiliência climática, garantindo a segurança hídrica, alimentar e a sustentabilidade da produção a longo prazo. Dentre as alternativas para mitigar esses efeitos destacou os sistemas agroflorestais e a adoção de políticas públicas pelos municípios, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), uma ferramenta de fortalecimento do meio rural, por meio da proteção de recursos hídricos, sequestro de carbono e redução de emissões, estímulo à agropecuária sustentável e



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
Ata da 164ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 20/03/2025 - 9h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

valorização da biodiversidade e resiliência dos ecossistemas. Como desafios e oportunidades, destacou o crescimento dos mercados de carbono, nos quais empresas adquirem créditos de carbono de projetos de conservação e reflorestamento. Mencionou o avanço de políticas públicas, como o Programa “Floresta+ Carbono” no Brasil, que incentiva produtores rurais a adotarem práticas sustentáveis. Enfatizou que o fortalecimento do PSA, aliado a políticas públicas eficazes e ao engajamento do setor privado, pode transformar o meio rural em um grande aliado no combate às mudanças climáticas, gerando benefícios ambientais e socioeconômicos para as comunidades que dependem da terra. Explicou que a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), em 2025, em Belém/PA, representa uma oportunidade estratégica para impulsionar os programas de PSA no Brasil, ampliando sua visibilidade e atraindo financiamento internacional. Além disso, reforçou que pode fortalecer a participação do país nos mercados de carbono e acelerar a regulamentação de incentivos financeiros. Destacou que a COP 30 tem potencial para ser um marco na consolidação do PSA como uma ferramenta essencial no combate às mudanças climáticas, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social no meio rural. Em seguida, a Sra. Rafaela compartilhou sua experiência como participante da 1ª Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente, realizada em 21/01/2025, na Escola Técnica Estadual Conselheiro Antônio Prado (ETECAP), em Campinas/SP. O evento contou com a presença de aproximadamente 700 pessoas, e teve como principal objetivo debater soluções para os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Informou que o evento contou com uma ótima participação da área rural, ressaltando as oportunidades que surgem para alcançar novos patamares de desenvolvimento sustentável. Concluindo, reforçou a importância de aproveitar momentos como esse para valorizar e fortalecer o setor rural nas discussões ambientais. **5. Outros assuntos:** O Sr. João Baraldi questionou aos membros sobre outros assuntos: **a)** A Sra. Melissa informou que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) está atualmente em fase de análise e que alguns cadastros já estão sendo encaminhados para o Modo de Recuperação Ambiental (MRA); **b)** O Sr. Pedro Gerhard

perguntou quanto aos trabalhos que vem sendo realizados no Grupo de Trabalho da Portaria 888/21 (GT-Portaria) no âmbito da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. A Sra. Roseane Souza, coordenadora da CT-SAM informou que o grupo elaborou um documento, o qual foi encaminhado ao Ministério da Saúde. Neste documento, foi discutido a revisão da portaria, considerando as questões relacionadas ao saneamento rural. Para melhor entendimento, a Sra. Roseane solicitou que o documento fosse compartilhado com os membros da CT-Rural para análise e possíveis sugestões. Diante disso, a Sra. Tainá informou que todos os documentos apresentados e debatidos na reunião seriam encaminhados aos membros da CT-Rural por e-mail. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural

Melissa Pin Lucheti Sampaio
Coordenadora-adjunta da CT-Rural